

ACTA N.º 14

Aos **vinte e nove** dias do mês de **Junho** do ano de **dois mil e onze**, pelas 20h.15m, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do dia **vinte e dois** do mesmo mês, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período de “Antes da Ordem do Dia”.

II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

1. **Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
2. **Artº 48 da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro) – Auditor Externo**

III – Período de Intervenção do Público.

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, constatada a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos, com a habitual saudação protocolar a todos os presentes.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas - face ao Regulamento, a propósito, por aqueles aduzido em escrito, que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à sessão, do Deputado Sr. Salustiano de Faria, que não indicou substituto pelo Grupo Municipal do PS e, pelo grupo do PSD, o Deputado Sr. José Veríssimo, substituído pela D. Esperança Rodrigues Pereira.

O **Primeiro Secretário, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido. Informou também que toda a documentação se encontra à disposição dos senhores deputados, hoje na Mesa e sempre no secretariado de apoio, na Casa das Varandas.

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, justificou o atraso relativamente à transcrição da Acta da Sessão anterior na íntegra, dizendo que ocorreu uma avaria definitiva no aparelho informático (computador), que fez com que houvesse atraso na sua transcrição directa por parte do secretariado da Assembleia e, depois de retomada a sua transcrição de início e enviada ao funcionário da Câmara que dá apoio neste sentido, verificou-se um novo atraso, do qual nós desconhecemos a causa, solicitando na altura ao Sr. Presidente da Câmara para o explicar, porque deste assunto havia tomado conhecimento pelo Presidente da Assembleia. Poderá fazê-lo agora se assim o entender e souber. Daí a Acta só ser entregue na véspera desta Assembleia Municipal e ter de ser distribuída no próprio dia da Sessão. De qualquer maneira, o **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, de acordo com as disposições regimentais, pôs à discussão a Acta nº 13.

Intervieram:

O **Deputado Sr. Pinto Neves**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, refere um pequeno erro ortográfico na sua intervenção, pedindo a sua correcção, que foi feita de imediato.

O **Deputado Dr. José António Nogueira**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, começou por esclarecer que, relativamente ao facto de não ter sido distribuída a acta da Sessão anterior, constatou que esta consubstancia um grande progresso e que, apesar de sintética, ao ponto de a mesma não se ver, ela traduz o relacionamento entre o topo dos órgãos deste Município. Mais uma vez foi despeitada a Lei das Autarquias Locais e violado o Regimento, mas

desta forma, além de se poupar tempo e trabalho, não se ouvem críticas, injustas e infundadas, quanto a omissões, deturpações e favorecimentos, que a acta pudesse conter. Continuou dizendo que é tempo de questionar as relações existentes entre a Mesa e o Secretariado de apoio da Assembleia Municipal assim como do papel do executivo municipal. É necessário determinar as razões porque a acta da última Sessão da Assembleia Municipal não foi elaborada e entregue a tempo e que se assumam responsabilidades pessoais e não seja assumida uma responsabilidade conjunta da culpa na qual esta se dilui no colectivo de intervenientes. Chamou a atenção para o disposto no art. 37º do Regimento da Assembleia Municipal de Valença que dispõe que “nenhum documento a ser sujeito a apreciação da Assembleia Municipal, relativo a pontos da ordem do dia, pode ser discutido e aprovado sem ter sido colocado à consulta aos membros da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de dois dias úteis”. E alertou para o facto de, em relação às actas das Sessões da Assembleia Municipal não há equiparação em relação às actas quando não aprovadas na reunião a que respeitam. Após uma breve exposição jurídica sobre o que é um “Documento”, afirmou que é costume na Assembleia Municipal as actas serem disponibilizadas com, pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência. E voltou a referir-se a algumas disposições do Código Civil em matéria de interpretação e aplicação da lei, defendendo que a acta deveria ser retirada.

Para concluir, o Sr. Deputado refere ainda que, o art. 92º nº1 da Lei das Autarquias Locais, que, de cada Sessão é lavrada a acta, que contém o resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando designadamente a data, local da reunião, membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas, a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim o facto da acta ter sido lida e assinada. Diz também que, a alínea b), do artigo 35º do regimento, não exclui a leitura da acta da Sessão anterior. De qualquer forma a lei não prevê que o regimento desta Assembleia se possa sobrepor à lei, neste caso 169/99, de 18.09. Assim sendo, solicitou e não dispensou a leitura da Acta nº 13, para se poder discutir e votar, é o que diz o artº 92 nº 1 da Lei das Autarquias Locais.

Seguiu-se então a leitura da referida Acta pelo segundo Secretário da Mesa.

Ainda em relação às intervenções relacionadas com a Acta segue-se:

O **Deputado Sr. Carlos Natal**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, fez a sua intervenção em relação à Acta que se traduz na íntegra: “relativamente à minha intervenção referente à proposta que apresentei, acho que fazia todo o sentido que a proposta que foi apresentada constasse na acta, fala-se aqui nas alíneas d) e f) mas não se diz o que realmente estava a ser substituído e como foi a proposta apresentada por escrito, penso que é fácil introduzi-la aqui, não na totalidade mas a parte correspondente que era para ser alterada. Relativamente à terceira página também na minha intervenção onde diz que lhe parece que se encontram documentos para consulta relativamente aos regulamentos municipais no portal da Câmara o que eu queria dizer, foi que, apenas se encontram dois regulamentos para serem consultados pelos cidadãos”.

A **Deputada Drª Margarida Rodrigues**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, faz as correcções que considerou pertinentes e que se transcrevem na íntegra: “quando foi a votação da Acta em minuta, não votamos contra, com certeza que foi um “copy-paste”. É minha opinião, tal como disse o Sr. Carlos Natal, que o Voto de Louvor ao Arq.º Souto Moura devia estar incluído na Acta ou anexado de alguma forma, uma vez que isto é história; depois não se sabe o que é que foi dito. Isto é uma sugestão minha”.

O **Deputado Dr. José António Nogueira** retomou o uso da palavra, para fazer algumas correcções e emendas que achou necessárias e pertinentes, tais como: correcções ortográficas, nomes que estão em duplicado, frases mal construídas e até faltas nas suas intervenções. Quanto ao Voto de Louvor ao Arq.º Souto Moura e como já foi referido anteriormente, o referido voto deve ser transcrito na íntegra, visto tratar-se de um texto lido e aprovado neste Órgão. O Sr. Deputado frisa ainda que na sua intervenção sobre o 25 de Abril, a qual não consta da Acta, salientou que, se a

Autarquia se demitisse de celebrar o 25 de Abril, o PS em coligação com outras entidades, políticas e civis, promoveria condignamente esta comemoração no próximo ano. Depois de fazer a correcção de várias folhas, refere ainda que, por ser extenso nos assuntos, teria falado muito mais o que não consta na referida Acta. Sublinhou, ainda, que se justificou a leitura da Acta, porque só assim é que se deu conta das referidas lacunas, considerando a hora a que foi entregue, lacunas estas que considerou da mais alta importância, nomeadamente ao nível da votação, uma vez que se trata de um documento autêntico que deve traduzir o que de importante se passa nas sessões.

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, agradeceu aos Srs. Deputados as suas intervenções em relação à Acta, as quais considerou esclarecedoras e proficuas, informando que este documento será objecto, de imediato, das correcções tidas por convenientes. Aproveita também para apelar aos funcionários, quer da Assembleia quer da Câmara, responsáveis pela redacção da Acta, mais alguma brevidade e pontualidade na elaboração deste documento, caso contrário haverá leituras da Acta nas próximas reuniões.

Colocada à discussão a Acta nº 13, e num universo de 34 votantes, verificou-se: 1 voto contra, (Dr. José António Nogueira, com declaração de voto); 9 abstenções, (Dr. Jorge Gonçalves, Drª Margarida Rodrigues, Drª Dora Ferreira, Sr. Luís Amorim, D. Conceição Pereira, Sr. Armando Carvalho, Drª Liliana Lemos Pereira, Sr. Mário Branquinho e D. Esperança Pereira); e, 24 votos a favor: **Aprovada por Maioria a Acta nº 13.**

O **Deputado Dr. José António Nogueira** fez a sua declaração de voto referente à Acta, que se transcreve na íntegra: “voto contra porque se me afigura que a Acta não totalmente traduz o que se passou na Sessão anterior e, por outro lado voto contra porque o circunstancialismo na génese desta Acta e da chegada desta Acta à Assembleia Municipal assim o exige”.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, solicitou o uso da palavra para fazer um pequeno esclarecimento dizendo que não é ele que tem que se pronunciar sobre a Acta, referindo que não há funcionários da Câmara nem da Assembleia Municipal, mas sim funcionários do Município, considerando que não é aceitável que a Acta não chegue aos Srs. Deputados em tempo oportuno, fazendo tudo da parte da Câmara para que isso não volte a acontecer.

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, deu conhecimento que havia duas propostas para serem apreciadas, sendo que uma delas é um Voto de Pesar, proposto pela mesa, que se pretende que todos os deputados a subscrevam e a outra uma Moção apresentada pelo Deputado da CDU, Sr. Armando Carvalho, que a seguir se transcrevem na íntegra.

VOTO DE PESAR

“A Assembleia Municipal de Valença como legítima representante do povo valenciano e comungando do espírito solidário sentido por uma imensa maioria dos valencianos, vem nesta data apresentar um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. José Maria Gomes Vilar, um poveiro que cedo se tornou valenciano e que nesta terra soube desenvolver uma proficua actividade comercial, tornando-se rapidamente numa das referências da gastronomia do nosso concelho.

Ao Homem de família, que sempre se preocupou com o relacionamento familiar e o seu bem-estar;

Ao Homem empresário, que de jovem empreendedor logo se tornou num respeitado negociador;

Ao Homem solidário, que nunca virava a cara a um carenciado ou a uma boa causa.

Pela sua actividade humana, comercial e social, propõe-se a aprovação deste VOTO DE PESAR.

Assembleia Municipal de Valença, 29 de Junho de 2011

Os Proponentes”

MOÇÃO

NA DEFESA DOS ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO

“Foi anunciada, por parte da administração dos ENVC, a intenção de despedir 380 trabalhadores. Consideramos inaceitável esta medida que para além de atirar para o desemprego esses trabalhadores, deixará também em situação bastante difícil centenas de famílias.

Numa região onde os índices sociais revelam um crescimento elevado do desemprego e da pobreza dos mais elevados da Europa, é preocupante a medida anunciada, dado que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, dando trabalho directo a 720 pessoas, são o garante de milhares de outros empregos a montante e a jusante.

Esta intenção de despedimento está inserida num plano geral inconstitucional que visa a entrega de sectores estratégicos da economia e soberania nacional ao capital financeiro internacional comprometendo a nossa independência nacional e estabilidade económica do país e dos trabalhadores. Além disso, o plano de reestruturação que foi elaborado e está a ser posto em prática, não cumpre os preceitos estabelecidos em sede de Concertação Social, Legislação laboral nacional e Comunitária que impedem expressamente a elaboração de Planos de Reestruturação à revelia – como acontece neste caso – das estruturas representativas dos trabalhadores. Acresce, ainda, que o despacho de 100 milhões de euros para se proceder à reestruturação do ENVC, foi assinado por um governo de gestão que, constitucionalmente, não tem legitimidade para tal.

Sendo que consideramos importante que seja feita uma reestruturação, ela não pode ser feita sem o envolvimento dos trabalhadores ou das estruturas que os representam, muito menos atirando para a rua mais de metade do seu maior “activo”, que são os trabalhadores.

Assim sendo, a Assembleia Municipal reunida decide;

- 1 – Fazer chegar junto do governo uma proposta de suspensão da reestruturação para que possa ser discutida democraticamente e dentro da legalidade com todos os intervenientes;
- 2 – Manifestar a sua solidariedade para com todos os trabalhadores dos ENVC, apelar à sua união bem como da população na defesa dos postos de trabalho e da sua manutenção como empresa pública símbolo maior do Alto-Minho, fundamental para o desenvolvimento da região e do País.
- 3 – Solicitar ao senhor Presidente da República, no âmbito do seu compromisso institucional de defesa da Constituição da República Portuguesa, que peça urgentemente a Fiscalização Sucessiva do acto governamental, envidando todos as diligências ao seu dispor para que o Plano de reestruturação seja entretanto suspenso.
- 4 – Enviar cópia da Moção à Presidência da República, Grupos Parlamentares da A.R. e Comunicação Social.

Assembleia Municipal de Valença, sessão ordinária de 29 de Junho de 2011

O deputado Municipal da Coligação Democrática Unitária CDU/PCP-PEV”.

Continuando com o uso da palavra, o **Sr. Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, aludiu que, visto o Voto de Pesar não ter sido subscrito por todos os membros presentes, vai ser votado em **voto secreto**. O Sr. Presidente da mesa questionou quem pretende inscrever-se para intervir sobre o Voto de Pesar ao Sr José Maria Gomes Vilar.

Intervieram:

A **Deputada Dr^a Inês Ferreira**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, recordou que está em discussão o Voto de Pesar relativamente a alguém que marcou as últimas décadas desta cidade de Valença, não apenas a nível local, mas também internacional. O restaurante de que foi proprietário durante todos estes anos, deu a conhecer a gastronomia de Valença ao resto do País e além fronteiras, sendo digno anfitrião das mais insignes personalidades, nacionais e estrangeiras, do mesmo modo que também acolheu anónimos e humildes carentes de uma refeição. É essa figura que a Assembleia Municipal deve reconhecer com o seu Voto de Pesar,

alguém generoso, disponível, preocupado com imensas causas de qualquer espécie, especialmente sociais e humanitárias, que não regateava a sua ajuda a quem quer que fosse. Tudo isto foi notório em Câmara Ardente na Capela dos Esquecidos: a homenagem que lhe prestaram todos aqueles que o conheceram e com ele conviveram. E, deste modo, também Valença o deve homenagear através do Voto de Pesar. Pessoa de trato simples, empenhou-se no seu trabalho, criou a sua própria empresa, dando origem a inúmeros postos de trabalho e manteve vivo o jornal local. Por estas razões, considero que se deve homenagear a gente simples e não só aqueles que ocupam qualquer tipo de posição política / económica.

O **Deputado Dr. José António Nogueira**, usou da palavra para dizer o seguinte: “O voto de pesar em apreço não foi por nós subscrito. E não o foi porque entendemos que, neste âmbito institucional, ele deverá cingir-se aos seguintes casos: Falecimento de Familiares em linha directa dos membros da Assembleia e Câmara Municipal de Valença, ou equiparados; Membros e ex-membros destes dois órgãos autárquicos; Funcionários Municipais; Pessoas com reconhecido prestígio distrital, nacional ou internacional; Valencianas e Valencianos cuja actividade em prol do município e/ou do bem comum seja comumente tida como relevante; e Valencianas e Valencianos por nascimento ou integração, diga-se. Fora dos casos óbvios elencados - e mesmo em alguns deles - a análise e avaliação deverá ser casuística e o mais consensual possível (unânime) entre as distintas bancadas políticas que compõe esta Assembleia, por forma a evitar a banalização. Fizemos essa análise e avaliação. Não obstante, é, para nós, quase que impensável, recusar a aprovação de um qualquer voto de pesar ou refugiar-nos na abstenção. Daí a nossa associação em sede de votação”.

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, autorizou que o **Deputado Sr. Armando Carvalho** usasse da palavra para dizer que não é a primeira Moção que a CDU apresenta, nem a primeira Moção em que é solicitado o período regimental para os Grupos Municipais tomarem uma posição. Acrescentou, ainda, que não se deve avançar para a reunião dos Grupos Municipais sem que os autores da Moção usem da palavra, no sentido de fazerem a sua apresentação. Chamou a atenção da mesa neste sentido, referindo que tem direito a um período de apresentação da Moção antes da reunião dos Grupos Municipais.

Colocado a votação secreta o **Voto de Pesar**, num universo de 34 votantes, registou-se: 31 votos a favor; 1 abstenção; 1 voto nulo e 1 voto contra. **O Voto de Pesar foi aprovado por maioria.**

O **Deputado Sr. Armando Carvalho**, usou novamente a palavra para, em primeiro lugar dizer que estranhou que o Grupo Municipal do PS pedisse o período regimental para analisar a Moção, o que faz todo o sentido. Em segundo lugar, para ler um texto que foi lido em todas as Assembleias Municipais do Alto Minho onde foi apresentada esta Moção e que a seguir se transcreve na íntegra: “Na defesa dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. O anúncio do despedimento de 380 trabalhadores feito pela Administração dos Estaleiros Nacionais de Viana do Castelo, constitui um brutal ataque a todos os seus trabalhadores de quem dependem centenas de famílias evidencia a desumanidade que tem sido responsabilidade no desenrolar da situação, o PS, PSD e CDS, constitui também para além do mais um brutal ataque à produção Nacional representando mais um significativo passo para a destruição do já debilitado aparelho produtivo nacional que tantos proclamam defender. Esta intenção estará inserida num plano de reestruturação que foi elaborado e está a ser posto em prática sem se quer se terem ouvido as estruturas representativas dos trabalhadores tendo-lhes sido apenas comunicado como um facto consumado desrespeitando a normativa que obriga em caso de reestruturação de qualquer empresa a que os trabalhadores sejam ouvidos através dos seus legítimos representantes. Já há muito que o PCP vinha denunciando as intenções desta Administração que veio para Viana do Castelo com a clara intenção de liquidar a última grande empresa de Construção Naval com capacidade de projecto no país, basta olhar para o currículo de alguns dos actuais administradores e para o papel que tiveram no

desmantelamento de outros Estaleiros Navais no sul do País. Importa referir no entanto que a responsabilidade não pode ser só atribuída a esta administração, tem de ser atribuída ao PS, PSD e CDS, executor da política da direita que ao longo das últimas décadas desmantelaram grande parte do tecido produtivo nacional, não será o facto de anunciarem estas medidas num período em que o governo do PS já não exerce funções e, o governo do PSD/CDS ainda não assumiu as pastas que os livra a uns e a outros do rasto de destruição que as suas políticas provocaram e continuam a provocar. O PCP sempre admitiu medidas de reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, uma reestruturação que preserve o seu activo mais valioso que são os seus trabalhadores e a produção Nacional. Consideramos que à imagem do que já aconteceu noutros Estaleiros de Construção Naval do País, o que se pretende com estes despedimentos não é mais do que emagrecer e estrutura dos Estaleiros Nacionais de Viana do Castelo para daqui a alguns meses darem a machadada final com a sua privatização que aliás está contemplada no acordo com PS, PSD e CDS com a Troica. No caso dos Estaleiros Nacionais de Viana do Castelo, o que se pretende é entregar de mão beijada aos grandes interesses do capital estrangeiro os contratos já firmados com a Marinha Portuguesa e com outras entidades no valor de 500 milhões de Euros. O PCP manifestou a sua solidariedade com todos os trabalhadores dos Estaleiros Nacionais de Viana do Castelo, já apresentou uma Pergunta no parlamento Europeu através da Deputada Ilda Figueiredo sobre a opinião da Comissão Europeia relativamente a esta situação e na Assembleia da República apresentamos um projecto de resolução ao Governo para suspender de imediato esta reestruturação, pois o despacho no valor de 100 milhões de Euros foi feito por um Governo em gestão que consideramos não ter legitimidade. O PCP continuará a defender os Estaleiros Navais de Viana do Castelo como fez até aqui e apelamos aos trabalhadores bem como à população na defesa daquele que é um símbolo maior do Alto Minho fundamental para o desenvolvimento da Região e do País. Os trabalhadores dos Estaleiros de Viana do Castelo podem contar com o PCP na resistência a estas intenções, resistência, acção e luta que sendo pelos seus direitos é também contributo solidário e patriótico para a defesa da Produção Nacional e contra o rumo do desastre para que o Governo do PS nos levou e agora o do PSD e CDS querem prosseguir”.

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, prosseguiu dando 10 minutos aos Grupos Municipais para reunirem e discutirem a Moção, aproveitando para dizer ao Sr. Deputado Armando Carvalho, uma vez que a mesa não autoriza que use novamente da palavra, por já ter feito uso do tempo que lhe foi atribuído, que só apelando ao plenário poderá voltar a falar, lendo-lhe o artº 35, ponto 1, alínea a) e ponto 2 do Regimento, onde se refere que a mesa lhe apresentou a proposta, tendo o tempo necessário para a defender.

A **Deputada Drª Liliana Pereira**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, dirigiu-se à Assembleia apenas para dizer que o grupo CDS se abstém de votar esta Moção, embora concorde que há um flagelo social que tem a ver com os trabalhadores, mas que esta Moção partidariza determinadas questões com as quais o grupo CDS não concorda, na sua generalidade.

A **Deputada Drª Inês Ferreira**, fez a sua intervenção para dizer que, depois de terem reunido e lido todo o texto da Moção apresentada pelo Sr. Armando Carvalho, partilham a preocupação relativamente ao despedimento dos 380 trabalhadores, sabendo a importância que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo têm para o Distrito e para a economia nacional. No entanto, discordam do 4º parágrafo do preâmbulo apresentado e do final do ponto 2, explicando que: se a solução da manutenção dos postos de trabalho da referida empresa passar pela privatização da mesma, então a privatização é bem vinda, uma vez que o Estado é mau gestor e que as empresas públicas têm dado algum prejuízo. Acrescenta, ainda, que estão solidários com os trabalhadores e querem que a empresa se mantenha como tal, seja do Estado ou como entidade privada, o que importa é que os postos de trabalho se mantenham. Para votarem a favor da Moção tem que ser

retirado o 4º parágrafo e a palavra “pública” do 2º ponto a seguir à palavra “empresa”.

O **Deputado Dr. José António Nogueira**, cingindo-se à Moção, refere que os Deputados Municipais do PS vão votar favoravelmente por concordarem com os fundamentos apresentados nos pontos 1, 2, 3 e 4, lamentando, todavia, que este texto se traduza num aproveitamento de uma futura desgraça alheia - embora “esperemos que não seja assim” - por parte de um partido que não procurou gerar consensos quando, quer o PS (que vai votar favoravelmente), quer o PSD, sempre estiveram dispostos, ainda que com pequenas alterações por parte do PSD, e o PS assim mesmo, a aprovar. Continuou dizendo que a verdade é que um despedimento de 380 trabalhadores nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) gerará pobreza, sendo necessário estudar uma outra maneira para que sejam reestruturados. Aproveitou ainda para se referir à situação em que se encontram os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e que, caso não se ponha em prática um verdadeiro Plano de reestruturação, a totalidade dos postos de trabalho poderá estar em causa. O direito ao trabalho é constitucionalmente protegido, independentemente da sua conotação política. Sendo os Estaleiros Navais de Viana do Castelo importantes até para Valença, e para o desenvolvimento do nosso Distrito, porque são uma força motriz do distrito, e porque como a vertente social sempre esteve como primeira preocupação do PS, o voto vai ser favorável. No entanto não deixou de referir que, conforme está redigida a Moção, quase que há um convite para o PS, o PSD e o CDS-PP votassem contra.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** interveio novamente para dizer que nada será retirado da Moção apresentada.

Continuou a sua intervenção também para atribuir aos partidos do Bloco Central e da Direita as culpas por tal situação.

O **Deputado Dr. José António Nogueira**, em defesa de honra do PS, diz que não avilta seja quem for, limitando-se a extrair conclusões políticas referentes à intervenção, entendendo que não procuram a defesa dos trabalhadores, mas sim em dividir, mostrando-se irredutível quanto à alteração da proposta pelo PSD na apresentação da mesma.

Colocada a Moção à votação, num universo de 32 votantes, registou-se o seguinte: 12 votos a favor, 20 abstenções (todo do grupo parlamentar do PSD, CDS, Unidos pelas freguesias e o Sr. Presidente da Junta de Gandra, Sr. António Sousa). ***A Moção foi provada por maioria.***

INTERVENÇÕES POLÍTICAS E INTERPELAÇÕES AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
--

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, lembrou as últimas eleições legislativas para relatar um facto anómalo: a tentativa de retirar propaganda da CDU do Jardim Municipal, propaganda esta que era discreta, tendo a Câmara Municipal decidido mandar os seus trabalhadores retirar essa propaganda, facto que constitui um grave atropelo à normalidade democrática em tempo eleitoral. Sabendo-se que o Jardim Municipal não é de todo, um repositório para qualquer tipo de propaganda, no caso de eleições é diferente. Recordou, ainda, que em Maio último ocorreu uma reunião da CIM em Paredes de Coura, a propósito da constituição de uma Empresa Intermunicipal, projecto desta Comunidade e que ninguém teve acesso ao documento de base referente a esta reunião, embora houvesse intervenção de alguns Deputados lá presentes. O objectivo desta reunião passava por se aceitar a Empresa Intermunicipal que a CIM propõe ou então por ter que privatizar a sua distribuição.

O **Deputado Sr. Pinto Neves**, interveio para insistir em relação aos semáforos que ainda continuam em intermitência permanente ou apagados, dizendo não saber se a justificação para este facto será a mesma da Sessão anterior. Ainda sobre semáforos, fez alusão ao seu mau posicionamento em relação às passadeiras para peões, estando algumas implementadas em locais inadequados, obrigando a que os veículos se imobilizem quase em cima das passadeiras quando os

semáforos estão desligados. De seguida fez uma análise sobre o fim das Actividades exercidas para “Liga Portuguesa contra o Cancro”, denominada “Um Dia Pela Vida” e em que a Câmara de Valença foi um parceiro privilegiado, sobretudo na disponibilização de vários funcionários exercendo funções pós-laborais, nomeadamente o funcionário Jorge Areias. Finalmente para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto em que encontra a implementação do plano de valorização dos óleos alimentares usados neste Concelho.

A **Deputada D.^a Aurélia Torres**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, completou a intervenção do anterior Deputado sobre as actividades decorridas para as actividades para “Liga Portuguesa Contra o Cancro – Um Dia Pela Vida”, agradecendo todo o apoio que a Câmara Municipal prestou a esta iniciativa, agradecimento este extensível a toda a população de Valença que, de forma inexcusável, conseguiu congrega esforços, ideias e vontades, fazendo deste projecto uma certeza que a todos surpreendeu. Agradece a todos que, de uma forma ou de outra, irão beneficiar de todo este trabalho concretizado.

A **Deputada D.^a Paula Natal**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, questionou o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao processo do “Hotel Lara”, uma vez que existem outros intervenientes.

O **Deputado Dr. José António Nogueira**, continuou, para questionar o Sr. Presidente da Câmara em relação à Av. Dr. Tito Fontes: primeiro, qual o valor global da obra; segundo, quanto custaram os muros em granito, os passeios e a sinalética; em terceiro lugar, o porquê dos parquímetros e porque motivo ainda não foram submetidos a apreciação deste Órgão e se alguma vez o serão. Por fim, fez uma sugestão para que se faça uma bolsa de estacionamento temporalmente limitado junto ao Jardim, o qual ajudaria a compor a avenida uma vez que esta está torta. E quanto ao acabamento da obra há preocupação com seguinte: as semi-faixas estão desencontradas a meio, o passeio do lado esquerdo está por concluir e a maior preocupação (solicitando ao Sr. Presidente que tome uma atitude rápida e urgente) no seguimento da mesma avenida pela faixa asfáltica, na ponte do caminho de ferro, no enfiamento do desnível na sequência do asfalto, que deve ser sinalizada, evitando assim um acidente.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, começando por responder a esta última intervenção, esclarece que em relação a esta obra o executivo tem recebido felicitações por parte generalidade da população. Esta obra, já em fase de projecto, foi prolongada até ao final da “Ponte Seca”, faltando o apoio das Estradas de Portugal e da Refer para se poder prolongar mais uns metros na mesma empreitada, empreitada esta que ficou abaixo do valor da inicial orçamentado. O valor inicial orçamentado era de 250 mil euros até ao cruzamento e a obra foi prolongada até ao final do Edifício Bruxelas por menos de 250 mil euros, incluindo muros, vedações e parquímetros (que não estavam incluídos inicialmente). Em relação aos muros, os proprietários cederam cinco metros de frente de estrada a todo o comprimento da quinta, fazendo-se depois a reposição dos muros, optando-se por pedra. Se se optasse por cimento, a sua execução seria mais dispendiosa. Esta foi uma obra que não deu prejuízo ao município. Vai levar do lado do Jardim uma marcação de estacionamento limitado e, quanto ao lado de lá da Ponte Seca, há um desalinhamento que vai ser composto. Em relação aos parquímetros, estes não são obrigados a serem submetidos a apreciação deste Órgão, pois existe um regulamento municipal de estacionamento, aqui aprovado, que confere a faculdade à Câmara Municipal para decidir quais os lugares de estacionamento e tarifas.

Em relação ao Hotel Lara, o Sr. Presidente da Câmara mantém o mesmo que disse na última Assembleia Municipal, isto é, a Câmara continua a cumprir a lei e foram feitas vistorias seguindo-se as vias normais, esperando-se por uma legalização por parte dos proprietários.

Quanto a “Um Dia Pela Vida” deve-se louvar o trabalho do funcionário Jorge Areias assim como do Sr. Vereador José Monte e, de todas as colectividades e a população em geral. Conseguiu

angariar-se 100 mil euros para esta causa, sendo Valença o Concelho do Distrito que angariou mais dinheiro, o que se deve ao desempenho e donativos das pessoas ao longo do tempo. A Câmara deu todo o apoio logístico possível para que isso fosse uma realidade.

Quanto ao “programa do óleo”, os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia vão ser avisados das entregas dos oleões, em locais a indicar pelos próprios em tempo oportuno, tratando-se de mais uma parceria entre a Câmara e a Valorminho, a “custo zero” para o Município e constitui uma *mais valia* em termos ambientais, sobretudo para o saneamento e em termos financeiros para o Município.

Relativamente aos semáforos, o Sr. Presidente da Câmara diz que o Sr. Pinto Neves tem razão. Os semáforos já estavam a funcionar, quando houve um acidente que provocou novamente a sua intermitência. Nas passadeiras a única solução é retirar o temporizador de todos eles, sendo uma operação feita por uma empresa quase monopolista, o que resultará muito oneroso, mas está assinalado para ser efectuado.

Em resposta ao Sr. Armando Carvalho, o Sr. Presidente da Câmara refere que, na realidade, a Câmara tem por norma não autorizar a colocação de painéis de informação no espaço do Jardim Municipal e o PCP foi a única força política que usou esse mesmo espaço, sendo disponibilizados pela Câmara os seus outdoors para colocar as faixas do PCP.

Quanto à Empresa Intermunicipal das Águas, o Sr. Presidente da Câmara citou que, compete a quem convocou esta reunião facultar toda a documentação, embora se tratasse de uma reunião de apresentação sobre a problemática do abastecimento de água “em baixa” do Alto Minho e que apreciou a intervenção feita pelo Sr. Armando Carvalho na qualidade de Deputado Municipal, tendo tocado na questão fulcral de toda a problemática da água. Conclui-se dessa reunião que a viabilidade económica de uma empresa “a 10”, passa pela aplicação de uma tarifa fixa de 5.35 €, assim como um tarifário ainda mais alto do que aquele que o nosso Município tem. Segundo o Sr. Presidente da Câmara, levanta-se um problema ao Município: não sendo viável uma empresa “a 10” como é que o Município vai conseguir aguentar o sistema em baixa, admitindo que não se faz aumentos extraordinários de água e saneamento, nem lixo.

I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º PONTO – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - ANEXO Nº 1

Intervio o:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho**, retomou a palavra, para continuar com a sua intervenção dizendo que: relativamente ao assunto da água, é apresentada uma proposta pela CIM de constituição de uma Empresa Intermunicipal, que logo foi desmistificada como falsa do ponto de vista de uma “arquitetura” accionista de uma empresa municipal tal como existem, designadamente nos Municípios onde a CDU tem maioria, uma vez que não há uma aversão ideológica ao sector privado tão grande como se pensa. As Empresas Intermunicipais de distribuição de água contam com o sector privado e a única diferença que há entre o modelo Intermunicipal, que se propõe e está em uso nas Autarquias, e o modelo Multimunicipal que é usado vulgarmente na zona Centro e Norte, é que no sistema Intermunicipal por via da participação das águas de Portugal, que está para ser privatizada, e que tem a maioria do capital dentro das sociedades Intermunicipais e Multimunicipais, sendo que naquelas a soma da participação da autarquia com as Águas de Portugal formam uma maioria que permite que a Assembleia Municipal aprove as tarifas e preços, e não pela parte privada, como acontece, por exemplo, nas Águas do Nordeste, onde fazem a gestão do sistema em alta. Acrescentou ainda que, ao fazerem da gestão em alta, e apesar das contas se manterem equilibradas entre o que se paga pela recolha da água e as

receitas obtidas, é evidente que o sistema em alta vai pressionar continuamente as Câmaras Municipais, através do aumento do preço da água fornecida o que, juntamente com a perda do controle dos poços de recolha, levam a uma eventual subida do preço da água.

Estranhou, por fim, o facto de estar agora a ser proposta a criação, por parte da CIM, de uma Empresa Intermunicipal, quando toda a gente sabe que a Troika vai proibir precisamente a formação de novas Empresas Intermunicipais, estando-se mesmo a ver que é só para criar lugares de Administradores, com claro prejuízo dos trabalhadores e dos Municípios.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** deu conhecimento de duas breves notas: a primeira, para mostrar satisfação em relação ao plano de utilização dos oleões, ficando satisfeitos com a explicação dada pelo Sr. Presidente, pois além de evitar a contaminação das ETAR's, poderá trazer alguma *mais valia* inclusivamente para a própria frota Municipal. A segunda nota é sobre o Arquivo Municipal, solicita esclarecimentos sobre o que se pretende fazer com a colocação do Arquivo Municipal a concurso.

O **Deputado Dr. Soares Pereira**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, vem solicitar esclarecimentos sobre duas situações: a primeira é relativa à parcela nº 10 do campo da feira e a segunda diz respeito à empresa Minhocom. Sabendo que o Município de Valença tem interesses nesta empresa, solicitou esclarecimentos em relação à sua actividade, nomeadamente sobre a satisfação dos objectivos enquanto empresa, da sua situação financeira assim como pelo facto de ainda não ter realizado a sua Assembleia Geral, uma vez que os Municípios do Vale do Minho têm aqui fortes interesses.

A **Deputada Dr^a Inês Ferreira** interpelou o Sr. Presidente da Câmara no sentido de saber em que consiste o projecto Centro de Inovação Empresarial e Logística, o que envolve e que tipo de financiamento está previsto para ele. Por outro lado, também para saber se já possui alguma informação sobre a estimativa para a redução das transferências da Administração Central para a Câmara Municipal de Valença.

O **Deputado Sr. Luís Amorim**, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, pretende questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre a freguesia de Friestas, nomeadamente sobre o Centro Escolar, uma vez que agora está em período de interrupção lectiva. Se está prevista alguma intervenção por parte do empreiteiro que executou as obras na correcção das infiltrações e no piso do interior do recreio. De seguida, pretendeu saber se está previsto pela Câmara Municipal - uma vez que não consta da informação escrita do Sr. Presidente - alguma intervenção no bairro social de Friestas, nomeadamente em questões de pintura em algumas casas vagas com sinais de vandalismo. Outro esclarecimento prende-se com a freguesia de Cristêlo-Covo e qual o ponto de situação da passagem de nível ou denominado viaduto da Refer. Para terminar a sua intervenção, argumenta que, como constava das antigas informações escritas do Sr. Presidente da Câmara, na freguesia de Friestas havia a pavimentação da estrada de Friestes em estudo, notando que foi retirada desta actual informação escrita, questionando-se qual o ponto de situação, se já foi concluído o estudo ou se a obra já foi executada.

O **Deputado Dr. José António Nogueira**, fez uma intervenção apenas para frisar uns pequenos apontamentos sobre a Avenida Dr. Tito Fontes. Começou por questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre a existência ou não, aquando da sua chegada à Presidência da Câmara, de negociações adiantadas com todos os proprietários dos terrenos e se todos concordaram ou não em ceder, ao domínio público, uma parcela de cinco metros; por outro lado, questiona se esses cinco metros trazem algumas contrapartidas aos proprietários, que adquiriram o direito de construção nesses cinco metros, existindo um projecto de construção para toda aquela zona, tendo a Câmara Municipal ganho em termos de alargamento e parquímetros; por outro lado, houve gastos ao efectuar os passeios e arruamentos e fazendo a relação custos/benefício, concluí-se que nem a Câmara ficou tão prejudicada, nem os particulares ficaram tão beneficiados, sendo encontrado um

equilíbrio entre ambas as partes, que vinha já do anterior executivo. Referindo-se ao Deputado Sr. Armando Carvalho e ao assunto das águas, não concorda com a privatização das águas “em baixa”. Quanto ao Sistema Intermunicipal e à referida reunião da CIM, é seu entendimento que não houve uma reunião, mas sim um simulacro, não havendo um documento nem um estudo para essa dita reunião. Referindo-se ao Sistema Intermunicipal de abastecimento de água e tratamento de afluentes “em baixa”, questiona os motivos e os termos da preconizada adesão, bem como nas alterações à legislação, (quais alterações?), quais as razões de suficiência ou insuficiência do actual sistema no âmbito estritamente Municipal a nível concelhio; qual a extensão dos nossos sistemas de água e afluentes por comparação com os demais concelhos; qual o valor dos nossos sistemas por comparação com os demais concelhos; qual o investimento Municipal de Valença no último decénio por comparação aos demais concelhos, (é muito importante saber a previsão de despesas de manutenção e reparação dos nossos sistemas); quanto ao texto do estudo liderado por Joaquim Poças Martins, ele não foi disponibilizado, nada se viu a não ser uns gráficos; qual a comparação com os serviços e valores pedidos pelas Águas do Noroeste, se oferece ou não mais serviços e mais vantagens; o porquê da harmonização dos preços preconizado com o do município com valor mais alto; se haverá algum estudo sobre o aumento médio dos preços previstos para um agregado familiar de 2 e 4 pessoas em Valença, ganhando cada um o ordenado mínimo nacional, em que é que isto se vai traduzir. Perguntou, ainda, qual o valor da renovação das redes, quem paga o quê e onde, ainda no caso específico de Valença, uma vez que é a nossa preocupação a afectação e desafectação do pessoal e a localização das brigadas. Por último, interroga-se sobre o eventual pagamento de consumo de água a que poderão estar sujeitos, no âmbito deste sistema, os agregados que, actualmente, estão isentos de o fazer. Antes de terminar, solicita ao Sr. Presidente da Câmara que faculte toda a documentação possível e que responda a todas estas questões, bem como forneça todos estes dados se possível para assim este assunto ficar esclarecido, para poderem decidir em consciência.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, respondendo directamente ao Sr. Deputado Dr. José António Nogueira, esclarece que a reunião da CIM foi convocada pelo Presidente da Assembleia da CIM e não pelo Presidente da Câmara; quanto à documentação solicitada, o Sr. Presidente da Câmara referiu que tem alguns elementos mas muito provisórios e que quando chegar a altura certa dará conhecimento de toda a documentação, assim como esclarecerá tudo o que estiver ao seu alcance. Relembrou, também, que em relação a outras reuniões e a decisões tomadas sobre as mesmas, os relatórios vinham sempre em cima da hora e que depois eram ou não aprovados. Em relação às águas, este é o resultado de um processo que decorre há já dez anos e há uma conclusão muito simples a extrair: manter os sistemas “em alta” e “em baixa” desarticulados é muito difícil mesmo sendo criada uma empresa Intermunicipal ou serviços municipalizados. E sobre este assunto, neste momento, não há nada em oculto. Relativamente à Minhocom e ao que foi referido, em relação ao projecto dá a entender que era um projecto viável ao nível dos 5 Municípios do Vale do Minho com os da Valimar. Quanto à parcela 10, era aquele terreno que estava para ser resolvido há 20 anos, tendo-se chegado a um acordo de aquisição por 150 mil euros, valor idêntico ao exercido há 15 ou 16 anos atrás. A contar com este terreno, durante um ano foi feito um investimento em terrenos no valor de meio milhão de euros. Em relação ao Centro Escolar em Friestas, vai-se remover o piso interior e para o interior do recreio há já duas ou três estimativas, uma toda em borracha, outra em relva sintética, estando em estudo uma solução que seja satisfatória, tanto para os alunos, como para a Câmara, em termos financeiros. Referindo-se ao Bairro Social de Friestas, o Sr. Presidente refere que naquela freguesia não há nenhuma casa desocupada estando todas elas arrançadas e ocupadas por famílias, sendo feitas a curto prazo intervenções de obras nos Bairros, principalmente nos mais necessitados. Referindo-se ao viaduto da Refer, o Sr. Presidente adianta que, neste momento, esse assunto está com a Refer e,

aquando de uma reunião relacionada com a Veiga da Mira, na qual esteve presente um membro da Refer, foi referido que o viaduto de Cristêlo-Covo estava no plano de investimento da Refer, ficando-se assim na expectativa de ser feito.

O **Presidente da Mesa Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, deu início à segunda ronda de intervenções, começando pelo **Sr. Armando Carvalho**, que aludiu que desconhecia a solução que o Sr. Presidente da Câmara mencionou, a saber, a possibilidade dos sistemas municipais comprarem as Águas do Nordeste e que a considera uma opção caricata. Diz ainda que a empresa Intermunicipal a ser criada e que o Sr. Presidente não referiu, mas que foi focado por eles com toda a clareza, bem como a percentagem que nós vamos pagar, a chamada “convergência com o tarifário de Viana” e que essa convergência também tem como objectivo a constituição de um fundo de um milhão de euros para a actividade da empresa, ou seja, é uma empresa que não tem dinheiro, não tem capitais próprios e propõe-se fazer obras gigantescas no Alto-Minho, agregar todos os 10 Municípios e constituir uma administração parecida com outras já conhecidas.

De seguida interveio o **Deputado Dr. Soares Pereira**, para dizer que concorda com a intervenção do Dr. José António Nogueira. Efectivamente, houve uma reunião da CIM, mas o que lá se passou foi uma apresentação de um projecto de uma empresa, que podia ter sido feita numa sessão pública amplamente participada e que não valeu de nada. O Sr. Deputado referiu, também, que concordam que a empresa, na essência, queira nivelar as taxas “por cima”, estando convencido que com essas taxas “também nós fazemos a gestão da nossa água e com algum lucro”. Nessa reunião foi também dito que é intenção reduzir o pessoal e centralizar a logística e o piquete, pelo que se interroga sobre o destino a dar ao resto dos funcionários, sendo estes uma grande preocupação. A água é um bem imprescindível para todos e, seguramente que todos pensamos da mesma maneira, pelo que urge encontrar uma solução para este problema.

Seguiu-se a **Deputada Dr^a Inês Ferreira**, para lembrar que o Sr. Presidente da Câmara não respondeu a nenhuma questão por ela colocada.

O **Deputado Dr. José António Nogueira**, repetindo também que o Sr. Presidente da Câmara não lhe respondeu a nenhuma questão. Referindo-se ao Sr. Armando Carvalho lembrou que “todos os partidos têm culpa de levar Portugal à falência, assim como o PC e que nenhum partido tem a verdade absoluta e que todos os que estamos aqui podemos ajudar a construir uma Valença melhor, quer no poder quer na oposição e que todos os partidos tem defeitos e todos os partidos tem virtudes”. Em relação à reunião na CIM sobre as Águas, disse ao Sr. Presidente que não foram a essa reunião fazer nada e que o Deputado Sr. Armando Carvalho fez uma boa pergunta que ficou sem resposta qual o custo do estudo. Questiona também o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o dispêndio que esta edilidade teve relativamente aos meios envolvidos, deslocações, refeições e alojamento referentes ao pretérito evento da Liga dos Amigos de Valença, nomeadamente quantos autocarros foram, comparativamente ao ano transacto e aos últimos quatro anos.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, retomou novamente a palavra para responder às questões que deixou por responder, referentes à primeira ronda, começando por falar na estrada de Friestes dizendo que, neste momento, já passaram o projecto e se encontra na fase das medições para ser repavimentada ainda este ano. Quanto ao Centro de Inovação Empresarial e Logística ou Escola Superior de Ciências Empresariais, abriram-se as rubricas para estas duas denominações uma vez que era mais difícil fazer-se uma candidatura ao QREN só para a Escola Superior de Ciências Empresariais; então, e como alternativa, fazia-se um *Campus* em que se encaixasse a Escola Superior e, em função disto, trabalhou-se no âmbito da CIM com o apoio dos nove municípios para um investimento de 7 milhões de euros que, no mínimo, são financiados a 80%, estando a tentar-se obter 90%. Neste equipamento vai ser colocado um auditório para 220 pessoas, um espaço de exposições e grande *Campus* de lazer, com um anfiteatro natural, uns passeios pedonais e uma zona desportiva de apoio à Universidade, para usufruto da Comunidade

Valenciana. Será arranjada toda a zona envolvente sendo este equipamento benéfico, tanto para o Município, como para a região. Em relação às águas o Sr. Presidente partilha da ideia do Dr. Nogueira quando diz que o PS, PSD e, CDS são sempre os maus e o PC é que é o bom, mas além de ter virtudes também tem defeitos tal como os outros partidos. Quanto aos Estaleiros de Viana, todos gostariam que estivessem abertos mas, para que tal seja possível, tem o Estado de continuar a viabilizá-lo financeiramente. Em relação à ida à Liga dos Amigos a Lisboa, o Sr. Presidente da Câmara explica que no ano passado foi o Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia e o Sr. Vereador, mais 2 autocarros um com o rancho outro com pessoas convidadas; este ano foi a mesma coisa, foi o Sr. Presidente da Câmara mais o Sr. Vereador, tendo ficado num hotel de 65 €; o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não pôde estar presente por questões de agenda, e foram dois autocarros da Câmara, um com o rancho de Friestas e o outro autocarro pequeno, mais um outro alugado pela Câmara para as pessoas convidadas. E não conseguiram ir todas as pessoas que o pretendiam fazer. A Câmara tem de fazer um esforço para ceder transporte, uma vez que esta Liga dos Amigos são os nossos representantes em Lisboa e se convidam para angariar fundos, depois as pessoas tem de ir, havendo também algum sacrifício por parte destas. Quanto aos gastos, é justificável porque eles gostam muito de nos ver lá e já foram convidados para fazerem uma excursão agendada para o ano que vem, quando tudo se fará para terem uma recepção boa. Para responder às questões da Av. Tito Fontes o Sr. Presidente da Câmara começa por dizer que, quando cá chegaram não havia nenhuma candidatura, havia a possibilidade no POCTEP (Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal) de fazer uma candidatura, estava pré-aprovada. Esta obra já está mais de metade paga, não com o dinheiro do POCTEP, mas sim com dinheiro da Autarquia. Nas negociações com os terrenos havia um projecto, um estudo prévio, não havendo negociações com os proprietários, sendo que só feito um contacto exploratório, fazendo-as em seguida.

2º PONTO –ARTº 48 DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS (LEI Nº 2/2007 DE 15 DE JANEIRO) – AUDITOR EXTERNO – ANEXO 2

Usou da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho**, para dizer que tem de haver um auditor, porque a Câmara Municipal de Valença, ao abrigo da Lei das Finanças Locais é obrigada a ter este serviço de auditoria por ter uma participação da Interminho. Em sua análise, para que a Interminho dê à Câmara 200 mil euros, a Câmara tem de lhe pagar. O que deveria estar em causa era a Interminho e não as auditores, para que serve a Interminho, a sua existência e para o que pode vir a servir, uma vez que está esgotada a sua função de gestora de parques empresariais. Em sua opinião a Interminho teria uma função muito importante a cumprir em Valença, não sendo uma proposta original, exactamente na gestão ambiental, água, luz e saneamento.

O **Deputado Sr. Dr. José António Nogueira**, apenas para dizer que, certamente a Câmara Municipal ponderou os prós e contras de manter esta sociedade e com certeza que fez a avaliação do seu trabalho e dos seus resultados no valor que ela cobra ou que presumivelmente cobrará, achando que esta seria a melhor solução. Acrescenta ainda que gostaria de saber o porquê da continuidade de aposta desta sociedade, se foram consultadas outras, ou não, sendo certo que pelo que se conseguiu ler e vislumbrar, o voto irá ser favorável.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, respondendo em primeiro lugar ao Sr. Deputado Dr. José António Nogueira disse-lhe que, em relação às águas está tudo numa fase exploratória e, como é óbvio, quando tiver mais elementos será o primeiro a facultá-los, o resto ainda é tudo muito preliminar. Em segundo lugar, para dizer ao Deputado Sr. Armando Carvalho que o referido auditor já trabalha com esta Câmara há vários anos e, tendo sido feita uma pesquisa informal, constatamos que os valores andam todos muito idênticos e achamos que o trabalho é

bastante satisfatório. São colocadas nos relatórios as observações daquilo que não está bem, e colocadas as reservas em relação aos documentos e, como é óbvio os ROC's respondem sempre perante a documentação que lhes é apresentada, mesmo assim fazendo ressalvas. Em relação à Interminho, foi colocada uma questão importante pelo Sr. Deputado, que diz respeito à mudança de estatutos, mas aquela empresa foi criada com aquele fim, em que a Câmara tem uma participação maioritária, mas infelizmente há 3 anos que a empresa não gera receitas, embora tenha processos em tribunal. Esta empresa não pode cessar, tem de continuar activa, devendo sim a curto prazo ser tomada uma decisão em relação a esta empresa.

O **Presidente da Mesa Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, deu novamente voz aos Srs. Deputados para poderem intervir pela segunda vez, mas uma vez que estes prescindiram usou da palavra novamente.

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes, para apelar aos Sr. Presidentes de Junta de Freguesia para no final não se esquecerem de permanecer na sala para assinarem os protocolos, como combinado.

O **Presidente da Mesa Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, aproveitou também para apelar aos Líderes dos Grupos Parlamentares e Presidentes de Junta, para comunicarem aos seus deputados, que quando se ausentarem definitivamente da sala, por favor que comuniquem que vão embora, até por uma questão de respeito por este Órgão.

Colocado à votação, num universo de 30 votantes, registaram-se; 0 votos contra, 1 abstenções (Sr. Armando Carvalho) e 29 a favor. **Aprovado por Maioria**

Seguiu-se a leitura pelo **Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Luís Alberto de Oliveira Vilas**, da **Acta em Minuta**, que submetida à votação, num universo de 30 votantes, registou: 0 votos contra; 1 abstenções, (Sr. Armando Carvalho) e 29 votos a favor. **Aprovada por Maioria**.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo público, o **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, agradeceu a presença de todos e, desejando boas férias, deu por encerrada a sessão.

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente Acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, e, a Assistente Operacional, Ana Cristina Afonso Alves Cerqueira que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Secretária da Assembleia Municipal

(Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes)

(Ana Cristina Afonso Alves Cerqueira)

